

Inflexão econômica e dinâmica espacial pós-1996 no Estado do Rio de Janeiro

Jorge Natal

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palavras-chave

desenvolvimento regional, dinâmicas econômicas, *royalties* do petróleo, Estado do Rio de Janeiro.

Classificação JEL O10.

Key words

regional development, economic dynamics, petroleum royalties, States of Rio de Janeiro.

JEL Classification O10.

Resumo

Este artigo procura sustentar analítica e estatisticamente a ocorrência no Estado do Rio de Janeiro de dada e problemática inflexão econômica positiva a partir dos últimos anos da década de 1990. Ele sublinha, para tal, a centralidade do setor petróleo. Além disso, chama a atenção para a dimensão espacial da dinâmica econômica levada adiante pelo setor petróleo, qual seja, sua estreita associação a determinadas regiões e, dentro delas, de certos e poucos municípios. Por fim, o artigo chama a atenção para a importância, não mais da discussão sobre a supramencionada inflexão econômica, mas, sim, sobre as suas possibilidades de vigência em prazo mais largo e sobre a capacidade dos municípios e regiões de empregarem a contento os recursos provenientes dos *royalties* do petróleo para fins da “construção” de uma dinâmica econômica, que, no médio e longo prazos, possa, no limite, tornar-se independente do referido setor petróleo.

Abstract

This article intends to support, both analytically and statistically, the occurrence of a given problematic positive economic inflection in the state of Rio de Janeiro beginning in the mid-90's, showing the pivotal importance of the petroleum sector. Furthermore, it stresses the spatial side of economic dynamics favored by the petroleum sector, i.e., its close association with specific regions, and, within them, a few specific cities. And finally, the article emphasizes the importance, no longer of the discussion of the aforementioned economic inflection, but rather of the possibility of a longer effective period as well as the capacity of cities and regions to efficiently make use of funds from petroleum royalties in order to construct economic dynamics which, over the medium and long term, could ultimately allow them to break free from the petroleum sector in question.

É sabido que a economia fluminense experimentou determinada crise econômica no período compreendido entre os anos 1980-1995; nesses termos se pode dizer que ela foi relativamente longeva. Também é sabido que essa mesma crise, além de ser relativamente duradoura, foi ainda profunda e complexa. É sabido ainda que a crise em exame (econômica, relativamente longeva, profunda e complexa) poderia, em verdade, ser classificada como sendo societária e que foi nesse sentido que se chegou a cunhar a expressão “Rio de Todas as Crises” (Dain, 1990). Em complemento, anote-se que essa expressão fazia inteiro sentido na medida em que muitas análises e muitos fluminenses, em especial os cariocas, entendiam o Rio de Janeiro como uma espécie de sociedade terminal, sem qualquer possibilidade de algum devir que lhe permitisse, senão o resgate das glórias do tempo de capital, pelo menos algum futuro que não fosse o do estiolamento social, e o da crescente perda de auto-estima e do anterior sentimento de identidade nacional (Natal, 2003; Lessa, 2002).

Mas, se até meados dos últimos anos 1990 era esse o quadro societário fluminense, daí em diante há indicações de mudanças; começa então a pulular na imprensa e mesmo entre alguns analistas

especializados uma espécie de reversão das expectativas. De outra forma: se até meados dos anos noventas não havia elementos suficientes que permitissem sustentar a tese da positiva inflexão econômica, um pouco mais adiante há a manifestação de processos, fatos e números que embasam a sustentação da mencionada tese.

Em adição observe-se que não se está afirmando que a economia fluminense tenha ingressado a partir de meados dos anos 1990 recentes em uma fase espetacular de crescimento econômico sustentado, longe disso, e sim que houve uma inflexão econômica, positiva, em relação ao período pregresso de degradação, como apontado no primeiro parágrafo.¹

Para fins analíticos, o artigo se encontra estruturado em quatro seções: *na primeira*, examina-se sucintamente a crise dos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990; *na segunda*, anotam-se alguns fatos que permitem uma primeira aproximação à inflexão antes apontada; *na terceira*, apoiando-se em dados estatísticos selecionados, procura-se mostrar mais detidamente a reiterada e positiva inflexão econômica iniciada em meados dos anos noventa e que se estende até os dias correntes, como ainda evidenciar o problema contido ou expresso através das suas taxas de cresci-

.....
¹ A analogia com a matemática se espera que tenha sido clara: assim sendo, insista-se, inflexão econômica indica apenas que houve alguma reversão em relação à trajetória anterior, e não que a economia fluminense tenha experimentado qualquer tipo de crescimento econômico sustentado, seguindo na analogia com a matemática, do tipo exponencial.

mento econômico, qual seja, o da sua sustentação no tempo, como a singularidade da sua extrema concentração em dados pontos do território; e, na seção final, de Últimas Considerações, resumem-se as principais conclusões do trabalho e apontam-se algumas possibilidades analíticas não exploradas ao longo dele.

1_ Revisitando “o Rio de todas as crises”²

Em artigo recente, mostrou-se que o período que compreende grosso modo os anos de 1980 a 1994 foi de crise econômica, social e político-institucional e que suas principais manifestações foram as seguintes:

- _ pronunciada decadência e falta de competitividade da indústria fluminense (principalmente quando comparadas com a economia paulista);
- _ efetiva redução do conjunto dos gastos públicos federais no Estado, como também dos anúncios de gastos futuros; dramático agravamento da questão social;
- _ agravamento também dos conflitos de natureza federativa, particularmente dos estabelecidos entre o governo federal e o estadual;

_ estiolamento “moral” da sua população, particularmente da carioca, como já se anotou (Natal, 2003).

Igualmente se mostrou que essa crise, verdadeiramente societária, insistiu-se, deveria ser entendida para além da temporalidade apontada e mesmo transcendendo os limites geográficos do Estado em exame. É dizer: as manifestações antes registradas expressariam processos sociais complexos que apenas se tornariam inteligíveis se esses últimos fossem devidamente considerados; e que para tal seria necessário levar em conta a interação da história da formação social fluminense com a do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e fundamentalmente a partir do período iniciado no quartel final do século XIX. Explicando melhor: a crise em tela, na realidade, teria sua origem com a própria industrialização capitalista iniciada em São Paulo no último quartel do século retrasado, posto que ali se “instalou” a principal economia do País, que, por sua vez, dado o seu dinamismo, passou a definir em nível nacional uma espécie de divisão inter-regional do trabalho, delegando às demais economias regionais funções especializadas e de complemento à principal economia do País.

Ora, como a economia do antigo Estado do Rio de Janeiro, por razões di-

.....
² O que segue nesta seção encontra-se em larga medida, embora em versão livre, em Natal (2003).

versas (solo; transporte; mão-de-obra empregada, a escrava; frágil mercado interno e internacional; *etc.*), não tinha como competir com as formas mais tipicamente capitalistas implantadas em São Paulo, ela logo entrou em crise. É dizer: esta crise data da própria emergência da chamada Economia Exportadora Capitalista Cafeeira Nacional (Cardoso de Mello, 1998) no contexto da afirmação da expansão comercial e, sobretudo, financeira do final do século XIX (Silva, 1976).

E o antigo Distrito Federal? Em verdade, essa unidade federativa não experimenta nenhuma crise gravosa no sentido da liquidação da sua renda e emprego (até antes pelo contrário). Mas é preciso não perder de vista que, apesar do anotado, sua economia perde crescente posição relativa ante a paulista e que ela, no tempo, “produziu” as evidências listadas no início desta seção. E mais: que tudo isso foi agravado pela transferência da capital e pela fusão, sendo o golpe definitivo desferido pela crise do padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro experimentado ao final dos últimos anos 1970 e início dos anos 1980, quando também se esgota o padrão de financiamento interno e externo da economia brasileira, arrastando assim, e definitivamente, a economia da região fluminense,

dado o caráter tributário da economia da antiga capital da dinâmica capitalista nacional, notadamente a verificada em São Paulo (mas mediado pelos recursos públicos). Ou seja: ao entender-se que a crise do padrão de financiamento da economia brasileira constitui uma das expressões da crise do padrão de desenvolvimento capitalista nacional e que elas, as duas crises anotadas, por sua vez, estavam amalgamadas especialmente com a dinâmica econômica verificada em São Paulo, entende-se também porque essas “crises” e lugar são fundamentais à compreensão mais ampla da crise da própria economia fluminense, dadas as restrições que, a partir delas, das crises referidas, insista-se, se avolumam no que trata das transferências de recursos públicos para todos os entes federativos, em especial para os mais tributários do Poder Público Federal – como era o caso do Estado do Rio de Janeiro.

Acrescente-se que essa fragilidade se mostra ainda mais grave quando se considera que a economia do atual município-sede possuía, durante o século passado, uma indústria de bens de consumo relativamente tradicional, um terciário amplo (pela sua importância na economia estadual) e precário (pela sua elevada informalidade), uma economia voltada

sobremodo para seu mercado interno³ e, nesses termos, enorme incapacidade de por si mesma gerar uma dinâmica interna auto-sustentada. É exatamente nesse momento que, esgotado o “milagre econômico” brasileiro⁴ e tendo em conta a crise do capitalismo mundial (também inaugurada a partir do final dos anos setenta/entrada dos anos oitenta), a economia fluminense consegue, finalmente, tomar consciência das suas históricas e acumuladas fragilidades econômicas, particularmente a da sua estrutura econômica e a da extrema dependência das rendas oriundas do governo federal (transferências constitucionais, salários para seu enorme contingente de funcionários públicos, como de aposentadorias e pensões para seus antigos trabalhadores e herdeiros).⁵

Além disso, o artigo mostra que parcela dessa crise deve ser tributada na

conta das elites empresariais, notadamente as comerciais, financeira e da indústria naval, sediadas no município do Rio de Janeiro, que sempre firmaram sua hegemonia no debate sobre os rumos da economia e sociedade fluminense, e, nesse sentido, operaram para que a degradação econômica e a crescente perda de posição diante da economia de São Paulo fossem sendo ampliadas ao longo do período examinado. Por fim, uma adição: essa hegemonia, apoiada em processos reais, como o da tradição do Rio de Janeiro como capital (Imperial e da República, por cerca de duzentos anos), dado o sentimento de perda existente e operado pelas elites, conseguiu transformar o discurso do Rio como a Voz da Nação em “biombo” para a defesa de interesses particulares estritamente econômicos em supostos interesses regionais.

³ É dizer: ela apresentava baixos graus de extroversão, seja para o mercado interno nacional, seja para o mercado externo estrangeiro.

⁴ Este termo foi empregado com a finalidade de fazer propaganda dos supostos êxitos da gestão econômico-financeira do País durante os anos 1968-1973, vividos sob a égide da ditadura

político-militar instaurada no Brasil a partir de 1964.

⁵ De outro modo: em larga medida, pode-se dizer que a crise dessa economia foi sendo gerada ao longo de cerca de cem anos e que o evento transferência da capital para Brasília seria indicador da perda da sua especificidade que, quando a crise do capitalismo se instaura, mostra

toda sua anterior centralidade, posto ter operado durante cerca de aproximados cem anos como uma espécie de “colchão amortecedor” da sua degradação econômica; mas não apenas, posto que na “base” de todo esse processo erige-se a própria dinâmica do capitalismo nacional e, é trivial, a do seu “núcleo”, qual seja, a dinâmica da economia

sediada em São Paulo e sua capacidade de “arrasto” sobre o conjunto da economia nacional, que, ao entrar em crise, evidencia as fragilidades estruturais de todos os espaços e economias estaduais, e, é claro, as do Estado do Rio de Janeiro, tão tributária da economia paulista, ainda que com a mediação do Estado.

2_ Uma primeira aproximação à inflexão econômica⁶

Em meados dos anos 1990, verifica-se uma série de manifestações na linha de que “o pior já passara”. É o momento do lançamento do Plano Real, com sua imediata derrubada da inflação e ulterior crescimento econômico e do emprego, e que, como se sabe, se estendeu por cerca de três anos (1994-1997). É também o momento em que ascende ao poder, na capital do Estado, César Maia, centrando sua gestão, com o apoio do arquiteto e urbanista, Luiz Paulo Conde, em intervenções urbanísticas, que, se de um lado mudaram certas paisagens degradadas de muitos dos seus espaços, de outro procuraram passar a idéia de que essas obras, em seu conjunto, confeririam ao município do Rio de Janeiro maior capacidade de ingresso nas grandes correntes econômicas de um mundo supostamente globalizado. De que modo? Oferecendo certa “urbanidade” e, principalmente, infra-estrutura de modo a atrair os capitais “soltos” atuantes na escala planetária, soerguendo, assim e finalmente, a economia da capital e, em conseqüência, embora em certa medida, a própria economia estadual. Do mesmo modo é também o momento em que ascende ao poder, no Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Alen-

car, companheiro de partido do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e igualmente partidário do diagnóstico de que o problema da economia, no caso, da fluminense, seria o do financiamento dos gastos, e que para tal seria necessário invocar a “solução via mercado”... aí as privatizações e o caráter no máximo indutivo que o Estado deveria possuir nos marcos do novo “modelo de desenvolvimento”. Veja-se então, mais detidamente, como segue, as ações governamentais em nível municipal e estadual apontadas.

Uma das expressões mais emblemáticas desses novos tempos foi o lançamento do chamado Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Esse Plano (sic), apesar do seu vezo ideológico conservador, de “venda da cidade”, de substituição do democrático planejamento por gestão e projeto *etc.*, indicou um caminho: o da adequação da Cidade do Rio de Janeiro à nova ordem internacional, devendo o poder local agir de modo a tornar seu espaço mais atrativo para os grandes capitais, particularmente os estrangeiros. A importância conferida às parcerias e o caráter indutivo do planejamento foram marcas indeléveis dessa nova forma de intervenção no espaço urbano, o que, é trivial, sublinhou a preva-

.....
⁶ O que segue nesta seção foi em certas passagens transcrito de Natal (2003).

lência do chamado mercado sobre as antigas modalidades de planejamento mais orientadas pelo Estado e pelos também chamados interesses nacionais. Conjugando-se essas novas racionalidades com a exegese da crise do financiamento público abriu-se, desse modo, o caminho para o concurso do setor privado, destacadamente na área da infra-estrutura. De fato, na gestão de César Maia, após anos sem praticamente nenhuma obra pública, a cidade foi invadida por tapumes e inesquecíveis mudanças de mão e muitos e gigantescos engarrafamentos. Um Carlos Lacerda (Governador do Rio) meio fora de tempo e lugar parecia ter baixado na cidade mais de trinta anos depois; buscava-se, assim, construir novamente o mito do bom administrador associado ao da profusão de obras urbanas (Favela Bairro, Rio Cidade), e ao da ordem urbana.

No que interessa a este artigo vale o registro: era obra para todo o lado, em especial as que dizem respeito à logística, tais como a remodelação de áreas centrais de bairros degradados, a construção de alguma infra-estrutura e casas populares em áreas de favela, a construção ou a modernização de algumas vias importantes da cidade *etc.* Tudo isso é trivial e contribuiu para a injeção de recursos no município e, dessa maneira, para a “produção” de alguma dinamização da sua vida econômica.

O Plano Plurianual de Aplicação de Recursos/1996-1999 (PPA, 1996-1999), do Governo Estadual (Marcelo Alencar), estabeleceu o mesmo diagnóstico, qual seja, “o problema” era a crise do Estado e sua capacidade de gasto, passando assim o desenvolvimento para as mãos da denominada iniciativa privada. Finalmente o PPA do Governo Federal, *idem*; e, como nos Planos anteriores, ele reforçou a centralidade dos gastos em parceria com o setor privado para fins de avanços logísticos que viabilizassem o lugar, Rio de Janeiro, município e Estado, tornando-o finalmente capaz de atrair capitais nacionais e estrangeiros (principalmente estes, diga-se) em um quadro de suposta globalização dos investimentos (Fiori, 1998). Mas, no que trata dos investimentos federais no Estado, há sobejas demonstrações discursivas e estatísticas de que eles foram praticamente desprezíveis, e que, em larga medida, o mesmo ocorreu no caso dos investimentos levados a cabo pelo governo estadual.

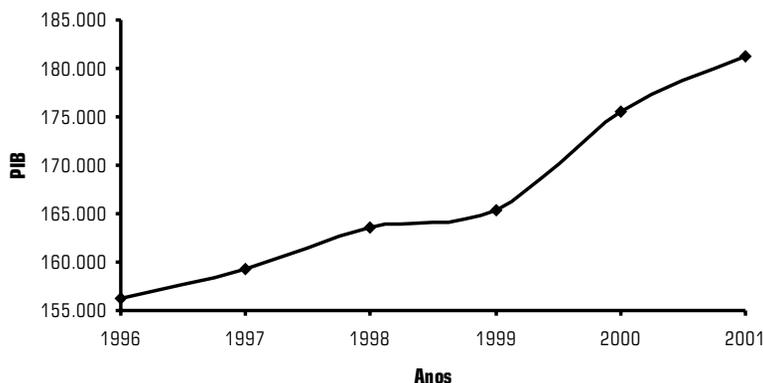
Por outro lado, sem minimizar as enormes dificuldades existentes no período em questão para a realização de decisões de investimento e de produção (Possas, 1986), o Estado do Rio de Janeiro passou a sediar as agências reguladoras dos serviços públicos privatizados, atraindo para si importantes investimen-

tos e receitas para o Estado. Acrescentem-se na composição da inflexão em questão os seguintes fatos: que foram então realizados expressivos investimentos pelas concessionárias que passaram a explorar várias rodovias, independentemente da consideração das suas fontes de financiamento (Firjan, 1997); que também foram realizados significativos investimentos privados na construção do parque gráfico de O Globo (na BR 040, a Rio-Juiz de Fora), na instalação da Peugeot-Citröen e da Volkswagen (em Resende), da Guardian (em Porto Real) *etc.* (Firjan, 1997); que igualmente os *royalties* do petróleo (que participam atualmente das receitas de cerca de 2/3 dos municípios do Estado) e recursos outros provenientes de atividades direta ou indiretamente rela-

cionadas ao setor petróleo contribuíram para a inflexão econômica em análise; que, ainda, os investimentos realizados nos setores da extrativa mineral e de telecomunicações foram decisivos para a supramencionada dinamização econômica.⁷

Por conseguinte, parece razoável afirmar que houve, a partir de meados dos anos noventa recentes, não obstante o discurso de recuo do Estado no que diz respeito a investimentos, certa inflexão econômica positiva. O anotado pode ser apreendido no Gráfico 1, que, sublinhesse, mostra a apontada inflexão apenas e tão somente no que concerne à comparação dessa economia comparada com ela mesma no tempo.⁸

Gráfico 1_ Evolução do PIB do Estado do Rio de Janeiro (1996-2001)



Fonte: FUNDAÇÃO CIDE (1996-2001).

7 Poder-se-ia mencionar na composição deste quadro, com algum destaque, a doação de recursos públicos a municípios e a empresas no âmbito da chamada guerra fiscal. No entanto, como as informações atinentes a esses recursos e seus benefícios (ou não) não foram devidamente coligidos, esse aspecto foi desconsiderado ao nível da inflexão econômica da segunda metade dos últimos anos 1990.

8 Vide, em complemento, os números que seguem no que trata do PIB *per capita* (a preços de 2001, vezes 1.000): 1996, 11.442; 1997, 11.501; 1998, 11.661; 1999, 11.643; 2000, 12.197; 2001, 12.433. Tais dados, como se pode ver em seguida, acompanham em larga medida o desempenho do PIB, é dizer, apresentam uma elevação modesta, mas contínua. Estes dados constam CIDE – Anuário (Deflator IGP-DI/FGV). Uma adição: poder-se-ia argüir que os dados da Fundação CIDE não permitem comparações com outras unidades da Federação, o que é verdade; no entanto, como já se anotou, em primeiro lugar, essa não é a preocupação do artigo e, em segundo lugar, que, mesmo considerados os dados da Fundação IBGE, com algumas variações expressivas, a tendência foi também a de crescimento econômico: 1995, 2,00%; 1996, 5,80%; 1997, 5,80%; 1998, -0,70%; 1999, 4,00%; 2000, -1,72%; 2001, 7,55%; 2002, 11,21%.

3_ A inflexão econômica propriamente dita (1996-2002)

Nesta seção serão mostrados alguns indicadores que, em linhas gerais, reforçam o que veio de se indicar discursivamente e, em especial, através do gráfico anterior, qual seja, que a economia fluminense apresentou, não sem muitas contradições e senões, quer econômicos mesmo, quer do ponto de vista da sua configuração/distribuição geográfica, a mencionada inflexão econômica positiva a partir de meados dos últimos anos 1990.

Embora pareça mesmo ser verdade que a referida economia não tem aumentado sua participação no PIB do País (conforme dados da Fundação IBGE) e que as taxas de crescimento do PIB estadual tenham apresentado, no período em análise, certo caráter errático (conforme dados da Fundação CIDE, e também da Fundação IBGE),⁹ há alguns aspectos que chamam a atenção, tais como:

- a. as taxas de ocupação da rede de hotelaria teriam se comportado, como segue: 1997, 63,1%; 1998, 66,2%; 1999, 65,7%; e 2000, 70%. Observa-se ainda que, no período, os dias de permanência dos turistas aumentaram de 2,99 em 1997 para 3,18 em 2000; do mesmo modo aumentou a participa-

ção de turistas estrangeiros, no total nacional, que passou de 31,6%, no total de 1997, para 34% no mesmo total de 2000;

- b. as exportações e as importações teriam aumentado. Explicando: considerando-se que as importações tendem a ser uma função do nível da atividade econômica, e as exportações, um indicador do avanço da produção de tangíveis, é razoável se dizer que também pelo “lado” do comércio exterior a economia fluminense vem logrando *alguma melhoria*; tanto que as exportações, por exemplo, aumentaram em cerca de 31% na passagem de 2000 para 2001; tendo o mesmo ocorrido com as importações, no mesmo período, em cerca de 7%. Adicione-se que as chamadas correntes de comércio (que somam exportações e importações ano a ano) também aumentaram, no mesmo período, em 13,27% (conforme SECEX).

Na mesma linha de argumentação, mas de outra perspectiva, dentre os dados que se poderia aqui anotar, um dos que mais chama a atenção é o que trata da composição setorial do PIB (Tabela 1).

.....
⁹ As taxas de crescimento do PIB estadual foram as seguintes no período 1997-2001: 1997, 1,8%; 1998, 2,7%; 1999, 1,1%; 2000, 6,1%; 2001, 3,3%. Observe-se nesse ponto que, apesar dos pesares, essas taxas sempre foram superiores, por suposto, no mesmo período, as taxas observadas para a economia do País (elas foram, respectivamente, as seguintes: 3,3%; 0,1%; 0,8%; 4,4%; e 1,5%). Atenção: essa comparação deve ser encarada com restrição em vista das fontes desses dados serem distintas; os primeiros da Fundação CIDE e os segundos da Fundação IBGE.

Tabela 1_ Composição do PIB por setor do Estado do Rio de Janeiro (1996-2000)

Anos	Participação setorial do PIB		
	Primário	Secundário	Terciário
1996	0,5	29,0	70,5
1997	0,4	30,0	69,6
1998	0,4	28,7	70,8
1999	0,4	32,7	66,9
2000	0,4	37,6	62,1

Fonte: DIEESE (2002, p. 120).

Obs.: A preços correntes.

O que se depreende da Tabela 1, acima, é o que segue: que o setor primário continua sendo, em termos agregados, inexpressivo em vista do PIB estadual total; e, o que conta para efeito deste artigo, é que o setor terciário, tradicional carro-chefe da economia fluminense, de longa data, diga-se, vem perdendo posição relativa para o setor secundário, e até de maneira percentualmente significativa. Por que esses dados são então relevantes? Uma explicação inicial pode ser encontrada na consideração da composição do PIB por atividades, na qual, vale o registro, as atividades ligadas ao setor petróleo apresentam as mais elevadas taxas de participação dentre as que são realizadas no Estado, “puxando” para cima e de maneira expressiva a participação do secundário (*vis-à-vis* o terciário) (Tabela 2).

Como se pode observar, dentre as principais participações ao nível das atividades desenvolvidas no Estado do Rio de Janeiro duas delas são verificadas no que se denominou de Indústria Extrativa e de Transformação (28,7%) e Extração de Petróleo (16,0%). Quiçá mais importante: as duas atividades anotadas aumentaram significativamente sua participação ao longo do período considerado, ao passo que as atividades relacionadas ao terciário declinaram, como apontado antes; a esse respeito vide, por exemplo, Comércio e Prestação de Serviços, que diminuíram suas participações, respectivamente de 8,3 para 7,4%, e de 24,9 para 21,2%.

Tais observações se desvelam ainda mais quando se considera a evolução da produção de petróleo e gás natural (Tabela 3).

Tabela 2_ Composição do PIB por atividade do Estado do Rio de Janeiro (1996-2000)

Atividade	(em %)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Agropecuária	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4
Indústria Extrativa e de Transformação	18,7	19,6	18,5	22,9	28,7
Extração de petróleo	3,4	3,7	4,6	9,2	16,0
Demais	15,3	15,8	13,9	13,7	12,7
Construção civil	7,8	7,6	7,5	7,1	6,2
Serviços de utilidade pública	2,6	2,8	2,7	2,7	2,7
Comércio	8,3	8,0	7,6	7,3	7,4
Transportes e Comunicações	7,2	8,0	8,6	10,5	10,2
Instituições Financeiras	4,3	5,0	4,5	4,3	3,6
Aluguel de Imóveis	14,8	15,2	15,2	14,4	12,5
Administração Pública	11,0	9,4	9,0	7,9	7,1
Prestação de Serviços	24,9	23,8	25,9	22,5	21,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE (2002, p. 121).

Obs.: A preços correntes.

Tabela 3_ Evolução da produção de petróleo e gás natural do Estado do Rio de Janeiro (1995-2000)

Anos	Produção de Petróleo (10 ³ m ³)			Produção de Gás Natural (10 ⁶ m ³)		
	Brasil	ERJ	ERJ/Brasil	Brasil	ERJ	ERJ/Brasil
1995	40.216	27.126	67,5	8.107	3.165	39,0
1996	45.606	31.294	68,6	9.214	3.577	38,8
1997	48.832	34.662	71,0	9.865	3.876	39,3
1998	56.587	41.647	73,6	10.833	4.544	41,9
1999	63.921	49.110	76,8	11.898	5.528	46,5
2000	71.844	57.037	79,4	13.328	5.721	42,9
2001	75.219	60.489	80,4	14.045	5.968	42,5
Varição % (2001/1995)	87,0	123,0	—	73,3	88,6	—

Fonte: DIEESE (2002, p. 148).

Esses dados mostram, como se anotou antes, o espetacular crescimento da produção de petróleo e gás natural fluminense no período em exame que, como se está procurando evidenciar, é exatamente o mesmo no qual se dá a positiva inflexão econômica em análise. Em especial, no que trata da produção de petróleo, verifica-se que a participação do Estado do Rio de Janeiro impressiona na medida em que alcança mais de 80% do total nacional (Tabela 4).

O mesmo acontece, em adição, com a produção de petróleo “off shore”, tanto que, se em 1995 o ERJ produzia 27.126 (a 10^6m^3), em 2001 ele produzia 60.489 (10^6m^3), o que resultou em crescimento dessa mesma produção da ordem de 222,99% (contra um aumento percentual em termos nacionais, considerado o mesmo intervalo de tempo, de 211,09%).

Portanto, não surpreende que, dentre as maiores empresas no Estado, segundo a receita líquida no ano de 2000 (o que não seria muito diferente se considerado o ano de 2001 ou, ao contrário, o ano de 1998, por exemplo), destacam-se empresas do setor petróleo. A esse respeito, vide Tabela 5.

Como se pode observar, dentre as dez maiores empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro, seis delas são do setor petróleo; e mais: essas seis empresas estão todas situadas nas oito primeiras posições do “ranking”, o que bem dá a medida da importância desse setor para a economia fluminense.

Certamente o exposto nesta seção ganha ainda mais luzes quando se considera o repasse dos *royalties* realizados pelo Tesouro Nacional, segundo regiões do Estado do Rio de Janeiro (Tabela 6).

Tabela 4_ Evolução da produção de petróleo e gás natural “off shore”¹⁰ do Estado do Rio de Janeiro, (1995-2000)

Anos	Produção de Petróleo (10^3m^3)			Produção de Gás Natural (10^6m^3)		
	Brasil	ERJ	ERJ/Brasil	Brasil	ERJ	ERJ/Brasil
1995	29.727	27.126	91,3	5.160	3.165	61,3
2001	62.751	60.489	96,4	8.171	5.968	73,0
Variação % (2001/1995)	211,09	222,99	—	58,37	88,60	—

Fonte: DIEESE (2002, p. 156).

¹⁰ Trata esta Tabela da evolução da produção de petróleo e gás natural “off shore”, é dizer, fora do continente; o que significa dizer, que os dados constantes do Tabela 3 consideram tanto a produção continental quanto não-continental.

Tabela 5_ Relação das dez maiores empresas do Estado do Rio de Janeiro, segundo receita líquida no ano de 2000

"Ranking"	Empresas
1º	Petrobrás
2º	Petrobrás Distribuidora
3º	Shell
4º	Furnas
5º	Petróleo Ipiranga
6º	Embratel
7º	Esso
8º	Texaco
9º	CVRD
10º	CSN

Fonte: DIEESE (2002, p. 150).

Tabela 6_ Royalties do petróleo repassados pelo Tesouro Nacional, segundo regiões do Estado do Rio de Janeiro (2000-2001)

Regiões	2000	2001	Variação %
Metropolitana	25.638	32.127	25,3
Noroeste	21.056	26.248	24,7
Norte	216.639	267.817	23,6
Serrana	24.102	30.134	25,0
Baixadas Litorâneas	102.061	131.670	29,0
Médio Vale do Paraíba	4.718	5.825	23,5
Centro-Sul	0	0	0,0
Baía da Ilha Grande	2.844	3.533	24,2
Total Repassado	397.059	497.353	25,3

Fonte: DIEESE (2002, p. 150).

Os valores e percentuais acima mostram de maneira inequívoca variações médias de cerca de 25% de aumento nos repasses dos *royalties* por parte do Tesouro Nacional para a quase totalidade das regiões do Estado em exame (dada a exceção da Região Centro-Sul), o que sem dúvida demonstra o avanço na capacidade de gasto dessas mesmas regiões e de muitos dos seus municípios e, conseqüentemente, de multiplicação de seus produtos e rendas. Como segue.

Se os percentuais antes anotados são por si sós expressivos, eles são ain-

da mais se considerados os *royalties* repassados pelo governo estadual para as mesmas regiões: todas essas, considerados os anos de 2000 e de 1999, tiveram uma elevação de recursos recebidos, em termos percentuais, de pelo menos 245,7%. Não obstante, os repasses efetuados pelo governo estadual são mínimos quando comparados aos que o são pelo Tesouro Nacional. Apenas para efeito de conhecimento, tais repasses, por regiões, foram os seguintes (em R\$) (Tabela 7).

Tabela 7_ Royalties do petróleo repassados pelo governo do Estado para as regiões (1999-2000)

(em R\$)			
Regiões	1999	2000	Variação %
Metropolitana	8.694	32.308	271,6
Noroeste	468	1.845	276,1
Norte	956	3.972	315,5
Serrana	943	3.790	302,1
Baixadas Litorâneas	621	2.546	310,0
Médio Vale do Paraíba	1.544	6.112	295,8
Centro-Sul	372	1.438	286,2
Baía da Ilha Grande	396	1.371	245,7
Total Repassado	13.994	53.382	281,4

Fonte: DIEESE (2002).

O que se expôs demonstrou que há positiva e determinada inflexão econômica a partir de meados dos anos 1990, como expresso pelo Gráfico 1, pelo aumento da utilização da capacidade instalada do setor industrial (dado não mencionado antes) que, se até 1994-1995 mal alcançavam 70%, a partir daí tem atingido quase oitenta por cento (Firjan, 2003);¹¹ e, principalmente, pelo avanço do setor petróleo. As taxas de crescimento da riqueza social fluminense (PIB) não devem levar, todavia, a nenhuma falsa euforia. Por quê? Por várias razões, a saber:

- a. em primeiro lugar, porque, embora a riqueza social tenha aumentado durante todo o período considerado, as taxas de crescimento real do PIB não foram nada significa-

tivas, com a exceção do ano de 2000 em que ela foi de 6,1% e até mesmo, como já se apontou, erráticas. Ilustrando: em 1997, o crescimento real do PIB foi de apenas 1,8%; em 1998, de 2,7%; em 1999, de míseros 0,8%; em 2000, como anotado, de 6,1%; e em 2001, de 3,3%;

- b. em segundo lugar, porque, ao que tudo indica, esse crescimento da riqueza social fluminense foi largamente tributário das rendas provenientes do setor petróleo, o que, por suposto, pode ser revertido por disposições legais ao nível da legislação que rege o repasse de *royalties* para o Estado e seus municípios;
- c. em terceiro lugar, porque, ao que tudo também aponta, o crescimento da riqueza social fluminense tem alcançado mais destacadamente algumas regiões, marginalmente algumas outras, e algumas nem sequer ele tem atingido (alcançado).

Estas últimas observações mostram-se mais claras quando se considera, principalmente, o repasse dos *royalties* do Tesouro Nacional para as regiões fluminenses (Tabela 8).

.....
¹¹ O grau de utilização da capacidade produtiva instalada foi o seguinte, tomado-se o ano de 1994 como ponto de partida e o de 2003 como ponto de chegada: 1994, 70,17%; 1995, 72,42%; 1996, 72,69%; 1997, 77,15%; 1998, 73,53%; 1999, 78,02%; 2000, 73,73%; 2001, 80,63%; 2002, 76,50% e 2003, 76,97%. Como se vê, apesar de alguns recuos, no geral, a tendência foi de elevação.

Tabela 8_ Royalties do petróleo repassados pelo Tesouro Nacional, segundo regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro (2000-2001)

Regiões	Participação %
Metropolitana	6,5
Noroeste	5,3
Norte	54,2
Serrana	6,1
Baixadas Litorâneas	26,1
Médio Vale do Paraíba	1,2
Centro-Sul	0,0
Baía da Ilha Grande	0,6

Fonte: DIEESE (2002).

O que os dados anteriores revelam é que a participação percentual nos *royalties* do petróleo é extremamente desigual, posto beneficiar principalmente a Região Norte Fluminense (54,2%) e sua vizinha Região das Baixadas Litorâneas (26,1%). Tendo em vista Natal e Oliveira (2002), no qual os autores mostram a relativa melhoria do mercado do trabalho fluminense no “interior” desse Estado *vis-à-vis* o M-S e, ainda Natal (2003a), no qual esse autor mostra o extraordinário crescimento populacional em municípios como Macaé (da Região Norte) e Cabo Frio (Região das Baixadas Litorâneas), depreende-se que, pelo menos da perspectiva do repasse dos *royalties*, poderia estar ocorrendo uma espécie de crescimento econômico nucleado em alguns pontos do território fluminense. Ou, na feliz expressão de Araújo (1997), uma espécie de *desconcentração concentrada*; isto é, ela seria adstrita a alguns poucos pontos do território fluminense, cabendo apenas provar ou negar que esse processo estaria contribuindo para a “produção” de uma espécie de fragmentação socioespacial e político-institucional, tal qual caracterizado por Pacheco, referindo-se ao Brasil, em sua “Fragmentação da Nação” (1998) – esse tema será sucintamente explorado na última parte deste artigo.

Tendo em vista a problemática antes ensaiada, a do crescimento econômico intrincado, dado que nucleado por determinado setor, o do petróleo, observa-se claramente que ele concentra os seus “frutos” em certos pontos do território. O anotado mostra-se com nitidez em vista dos dados (mais abertos) que seguem: no caso da Região Metropolitana, que recebeu no biênio 2000-2001 6,5% do total transferido pelo Tesouro Nacional, constata-se que, em verdade, enquanto o M-S foi “contemplado” com aproximadamente R\$ 2.850.000,00/ano e o de Niterói com R\$ 160.000,00/ano, o de Duque de Caxias recebeu cerca de R\$ 13.000.000,00/ano; por outro lado, na Região Norte, Campos recebeu R\$ 105.000.000,00/ano, Macaé cerca de R\$ 75.000.000,00/ano, a “pequenina”¹² Quissamã, aproximados R\$ 26.000.000,00/ano, e, os demais, juntos, todos também “pequenos”, algo em torno de R\$ 16.000.000,00/ano; na Região das Baixadas Litorâneas, em conjunto, foram transferidos cerca de R\$ 156.000.000,00/ano, e Cabo Frio recebeu R\$ 26.000.000,00/ano e Casemiro de Abreu R\$ 13.000.000,00/ano (os outros municípios são todos eles relativamente “pequenos” e receberam cerca de R\$ 75.000.000,00/ano). Enfim: numa primeira aproximação, não há dúvida,

.....
¹² Este termo e os que seguem, do mesmo jaez, dizem respeito à importância econômica e populacional do município (mais precisamente, a falta dela) no contexto estadual.

poder-se-ia ir ao encontro da tese de Pacheco, qual seja, a dinâmica econômica fluminense recente estaria consagrando processos vigentes em outras partes, no Brasil e no mundo, posto ele ser do tipo concentrado. Mas, como se mostrará na seção seguinte, é possível ler essa démarche sob outra perspectiva analítica.

Últimas considerações

Entende-se que o artigo até o presente momento permite afirmar o que segue:

- I. que a economia fluminense ingressou a partir de meados dos anos 1990 recentes em uma fase que se poderia, com propriedade, denominar de inflexão econômica positiva;
- II. que a economia fluminense ingressou nessa fase graças aos investimentos privados, muitos deles financiados com recursos públicos (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), como foi o caso da privatização da Ponte Rio-Niterói e de tantas outras vias entregues para exploração por firmas privadas através do instituto da concessão (e, tudo isso, por suposto, em virtude sobremodo da mudança de cenário

então verificada, qual seja, a da emergência de uma radical ideologia pró-mercado e, portanto, antiEstado);

- III. que a economia fluminense, apesar da positiva inflexão econômica anotada e mostrada, não experimentou qualquer taxa espetacular de crescimento, embora, no geral, ela fosse superior à média nacional;
- IV. que a economia fluminense, apesar da positiva inflexão econômica, a participação da sua riqueza social (Produto Interno Bruto) na riqueza social do País, pouco teria se alterado e que, de maneira geral, continuaria abaixo de participações verificadas em períodos progressos;¹³
- V. que a economia fluminense, apesar da positiva inflexão econômica, tem até mesmo apresentado certo comportamento errático (vide p. 79);
- VI. que a economia fluminense, apesar da positiva inflexão econômica, apreendida por indicadores diversos, tais como grau de utilização da capacidade produtiva *etc.*, tem se mostrado extremamente dependente das rendas provenientes do setor petróleo;

.....
¹³ Exemplo: em 1985, a participação do PIB estadual vis-à-vis o PIB nacional foi de 12,78%; e, em 1995, foi de 13,17% (CNI, 1996).

- VII. que a economia fluminense, apesar da positiva inflexão econômica, graças ao setor petróleo, vem experimentando algo quase inusitado na história econômica, ainda mais na contemporaneidade, qual seja, a diminuição da participação do seu, de longa data, aliás, expressivo terciário para o setor secundário, graças, por suposto, ao mencionado setor petróleo;
- VIII. que a economia fluminense, apesar da positiva inflexão econômica, mas também por causa do seu “carro-chefe”, claramente adstrito a alguns pontos do território, o que avulta a importância dos *royalties*, consagra determinados municípios, notadamente os da Região Norte e os das Baixadas Litorâneas.

Em vista do exposto, restaria apenas discutir, ainda que de modo exploratório, o seguinte: seria esse tipo de crescimento econômico, além de problemático, por conta das atuais taxas de crescimento do PIB, também problemático pelo fato de ele ser adstrito a alguns pontos do território fluminense?

Entende-se que seria razoavelmente fácil “caminhar” no sentido da afirmação da fragmentação político-institucional

e socioespacial, tal qual apontado por Pacheco (1998). Mas é também possível afirmar o seu contrário, qual seja, apesar dos problemas encerrados numa dinamização econômica dependente de uma forma de geração de riqueza assentada em transferência de recursos, via *royalties*, ela pode estar contribuindo decisivamente para a diminuição de parcela das enormes e históricas desigualdades socioespaciais existentes ao nível do território fluminense.¹⁴

Como mostrado por Natal (2003a), o Estado do Rio de Janeiro logrou estabelecer, em certa medida, o que se poderia com mais propriedade denominar de rede urbana, dada a maior interação econômica e societária existente atualmente entre os municípios das Baixadas Litorâneas e os da Região Norte, regiões essas que, junto com a Noroeste e com a parte norte da Região Serrana, sempre foram consideradas na historiografia sobre o Estado como “regiões-problema”. Assim sendo, principalmente nas duas primeiras, instaurou-se uma espécie de desenvolvimento regional, restrito, é verdade, mas que, lamentavelmente, parece não estar ancorado no que se poderia denominar de uma efetiva política de desenvolvimento regional.

E mais: ao que parece, a distribuição dos recursos do Tesouro Nacional,

.....
 14 O problema aqui é que as transferências podem, numa “canetada” política, ser alteradas, impondo perdas até significativas para a economia do Estado.

sob a forma de *royalties*, apesar de apresentar certa concentração em alguns municípios, ao alcançar também diversos outros de menor densidade populacional e econômica acaba contribuindo de maneira expressiva para sua dinamização; é dizer, possivelmente o caso do Quissamã não seja único.

Nesses termos, ao que tudo indica, mais importante que discutir se houve ou não a referida inflexão econômica positiva e se ela alcançou “regiões-problema”, parece urgente discutir, isso sim, o alcance temporal de uma dinamização econômica centrada em um setor “carro-chefe” como o do petróleo, e se esses recursos estão sendo empregados de modo a garantir alguma sustentação às várias economias municipais e regionais quando a fonte de recursos em questão se esgotar e/ou quando ela vier a ser legalmente cancelada.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, T. B. Dinâmica regional e integração competitiva. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997, Recife. *Anais...* Recife: ANPUR, 1997. v. 2, p. 107-199.
- CARDOSO DE MELLO, J. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998. (Série: Trabalhos que fizeram história).
- CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Economia Brasileira – comparações regionais*. Departamento Econômico. Rio de Janeiro, 1996.
- DAIN, S. Crise econômica, Rio das Todas as Crises (I). *Série Estudos e Pesquisas*, n. 80, IUPERJ, dez. 1990.
- DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *Anuário dos trabalhadores do Rio de Janeiro*. São Paulo: DIEESE, 2002.
- FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2003). *Indicadores Industriais – série histórica*, jan. 92/jan. 03. Rio de Janeiro, 2003.
- FUNDAÇÃO CIDE. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro, 1996-2001.
- GOVERNO ESTADUAL. Plano Plurianual, 1996/99. Rio de Janeiro, set. 1995.
- LESSA, C. *Auto-estima e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- NATAL, J. “Revisitando” o Rio de todas as crises. In: GONÇALVES, M. Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos (Orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. Unesp/ANPUR, 2003.
- NATAL, J. *Rede urbana e desenvolvimento econômico fluminense*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003a. Mimeografado.
- NATAL, J.; OLIVEIRA, A. Mercado de trabalho e dinâmica regional – uma análise à luz da recente e positiva inflexão econômica do Estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 8., 2003a, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPUR, 2003.
- PACHECO, C. *Fragmentação da Nação*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- POSSAS, M. Para uma releitura teórica da Teoria Geral. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, ago. 1986.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.
-
- : *Aproveito a oportunidade, por* :
 : *dever de justiça, para agradecer* :
 : *aos meus bolsistas Maurício* :
 : *Silva e Monique Soukup, e a* :
 : *meus alunos da disciplina* :
 : *‘Economia, Sociedade e* :
 : *Território Fluminense’, do* :
 : *segundo semestre de 2003 do* :
 : *IPPUR/UFRJ, em especial ao* :
 : *Hélio Medeiros Jr., Rosane* :
 : *Araújo e Adrianno Oliveira; e,* :
 : *ainda, à FAPERJ, que* :
 : *financia a execução do projeto* :
 : *maior no qual este artigo se* :
 : *inscreve.* :
 : :
 : :
 : **E-mail de contato do autor:** :
 : natal@ippur.ufrj.br :
 :